

Texto do trabalho A5 com base no artigo

“Embates em torno da segurança e soberania alimentar: estudo de perspectivas concorrentes” de Paulo E. Moruzzi Marques”

Rodrigo Madauar, Guilherme Vieira e André Coelho

Introdução

Crises recentes mostram problemas para o suplemento de produtos agrícolas em quantidade e qualidade para a população mundial. Desta forma, as discussões em torno na soberania alimentar e segurança alimentar se multiplicam, o que será tratado no decorrer deste texto.

O CAMPO DE DEBATE AGROALIMENTAR

A forte disseminação da ideia de segurança alimentar tem início no período pós-guerra nos países centrais do capitalismo. Por este contexto, é possível pensar que se tratava de uma estratégia de segurança militar, antes que alimentar, destes países.

De toda maneira, a Política Agrícola Comum (PAC) na Europa tem inscrito nos seus textos fundadores o propósito da segurança alimentar. A ideia era de assegurar o abastecimento abundante de alimentos estratégicos ao mercado europeu, o que foi alcançado rapidamente. Por outro lado, a Europa passava por um momento de crescimento acelerado e praticamente pleno emprego com políticas consideráveis de bem-estar social. Assim, o problema do acesso ao alimento não era objetivo das políticas de segurança alimentar. Estas últimas permitiram por sua parte inovação no campo e maior produtividade agrícola, levando à redução dos preços dos alimentos. Porém, tais lógicas hoje são consideradas produtivistas e é cada vez mais são contestadas por seus impactos ambientais e sociais.

No caso do Brasil, a discussão sobre segurança alimentar foi impulsionada pelas forças de transição democráticas pós ditadura militar. Essas forças, lideradas notadamente por Luiz Inácio Lula da Silva, propuseram uma Política Nacional de Segurança Alimentar (PNSA). Esta ideia fazia parte de uma estratégia de oposição ao governo Fernando Collor de Melo.

Esta PNSA visava maior equidade no acesso ao alimento, o que, de certa forma, diferenciava-se da concepção inscrita na PAC Europeia. De maneira diferente desta última, a PNSA chega a abranger vários pontos, inclusive a reforma agrária. Essa proposta de oposição teve muita

repercussão. Após Collor ser deposto, Itamar Franco permitiu a implantação de várias ideias desta proposta, em particular a criação do Conselho Nacional de Segurança Alimentar (CONSEA).

O Brasil conheceu simultaneamente um movimento chamado de Ação da Cidadania, que visava assegurar uma alimentação saudável a todos. Porém, recebeu muitas críticas por ter um viés assistencialista. De fato, ações pela reforma agrária eram consideradas como um pilar estrutural do movimento estrutural. Todavia, tais ações tiveram efetivamente pouquíssima efetividade.

No nível internacional, durante a realização da Cúpula Mundial da Alimentação em Roma, em 1996, a Via Campesina que é uma organização que visa representar os agricultores camponeses e familiares do planeta não assinou o documento final do referido encontro por julgado muito produtivista. Esta organização camponesa acredita que o acesso ao alimento em quantidade e qualidade não se resume em alimentos baratos em abundância. Assim, defende a produção de agriculturas locais com múltiplas vocações com os traços culturais respeitados, numa perspectiva de soberania alimentar. A Via Campesina é contrária a ideia de total liberação comercial no campo agroalimentar e propõe defender a soberania alimentar de cada região.

Estratégias da Agricultura Familiar Paulista e a Soberania Alimentar

Após tratar do tema da soberania alimentar, vale analisar os meios pelos quais os agricultores familiares tentam se inserir no mercado. A análise de dois casos distintos mostra como os agricultores tem tentado unir forças para superar adversidades.

O primeiro caso analisado ocorre no município de São Pedro em São Paulo. Por meio de uma cooperativa, a COOPAMSP, os produtores locais comercializam leite, seu principal produto, de forma facilitada. A construção de um laticínio da cooperativa no município gera muitas vantagens.

Outra forma de comercialização dos agricultores vinculados à cooperativa é a venda direta para o consumidor na feira do produtor de São Pedro. A proximidade produtor-consumidor traz inúmeras vantagens para ambos os lados. A propósito, os consumidores locais confiam nos agricultores, já que julgam seus produtos mais saudáveis que os produtos encontrados na grande distribuição.

Outro caso analisado se refere aos quilombolas do Vale do Ribeira. Depois de anos de descaso em razão de falta de políticas inclusivas para desenvolvimento agrícola do local, os quilombos recebem hoje apoios inesperados. Assim, os descendentes de escravos da região são tratados como guardiões da natureza, que produzem com práticas poucas agressivas e preservam genótipos da mata atlântica. Apoiado nestas práticas quilombolas, o Circuito Turístico da Agricultura Familiar de Cananéia foi implementado na região visando conciliar preservação ambiental e revalorização da atividade agrícola e da cultura local.

Portanto, percebe-se que, apesar do alto grau de industrialização do Estado de São Paulo, sua modernização não asfixiou totalmente a concepção de qualidade artesanal promovida pela agricultura familiar. O debate sobre a soberania alimentar reforça que a qualidade alimentar,

associadas a formas sustentáveis de produção, constitui um problema que deve ser explorado para promover a revalorização da atividade agrícola.